



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXII PALMAS, SEXTA-FEIRA, 14 DE OUTUBRO DE 2011

Nº 1882



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Raimundo Moreira

1º Vice-Presidente: Dep. Eli Borges

2º Vice-Presidente: Dep. Eduardo do Dertins

1º Secretário: Dep. Stalin Bucar

2º Secretário: Dep. Iderval Silva

3º Secretário: Dep. José Augusto

4º Secretário: Dep. Manoel Queiroz

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Reunião às quartas-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): Amália Santana (**pres**), Toinho Andrade(**vice**), Eli Borges, José Bonifácio, Sargento Aragão.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Amélio Cayres, Carlão da Saneatins, José Geraldo, Vilmar do Detran, Wanderlei Barbosa.

Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle.

Reunião às quintas-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: Amélio Cayres (**pres**), Osires Damaso (**vice**), José Geraldo, Sandoval Cardoso, Manoel Queiroz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Eduardo do Dertins, José Augusto, José Bonifácio, Marcello Lelis, Raimundo Palito.

Comissão de Desenvolvimento Rural, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia.

Reunião às terças-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: Zé Roberto(**pres**), Amélio Cayres(**vice**), José Augusto, Wanderlei Barbosa, Osires Damaso.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Eli Borges, José Bonifácio, Sargento Aragão, Solange Duailibe, Toinho Andrade.

Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público.

Reunião às terças-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): Marcello Lelis(**pres**), Raimundo Palito (**vice**), Eduardo do Dertins, Josi Nunes, Luana Ribeiro.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Zé Roberto, Amélio Cayres, Carlão da Saneatins, José Augusto, Manoel Queiroz

Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Reunião às quartas-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): Solange Duailibe(**pres**), Vilmar do Detran(**vice**), Raimundo Palito, Sargento Aragão, Toinho Andrade.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Josi Nunes, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Osires Damaso, Zé Roberto.

Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.

Reunião às quartas-feiras, 17h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: Freire Júnior(**pres**), José Geraldo(**vice**), Eduardo do Dertins, Eli Borges, Zé Roberto.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: José Bonifácio, Marcello Lelis, Manoel Queiroz, Sandoval Cardoso, Raimundo Palito.

Comissão de Saúde, Meio Ambiente e Turismo.

Reunião às quintas-feiras, 15h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): Raimundo Palito(**pres**), Luana Ribeiro(**vice**), Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Vilmar do Detran.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Carlão da Saneatins, José Geraldo, Josi Nunes, Osires Damaso, Sargento Aragão.

Comissão de Segurança Pública

Reunião às quintas-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: Sargento Aragão(**pres**), Eli Borges(**vice**), Carlão da Saneatins, José Bonifácio, Solange Duailibe.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Amélio Cayres, José Augusto, José Geraldo, Toinho Andrade, Wanderlei Barbosa.

Comissão de Acompanhamento e Estudos de Políticas Públicas para a Juventude.

Reunião às quintas-feiras, 16h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): Josi Nunes (**pres**), Eduardo do Dertins (**vice**), José Bonifácio, José Geraldo, Zé Roberto.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Amália Santana, Luana Ribeiro, Sargento Aragão, Osires Damaso, Sandoval Cardoso.

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Reunião às quintas-feiras, 17h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): Luana Ribeiro(**pres**), Amália Santana(**vice**), Josi Nunes, Manoel Queiroz, Toinho Andrade.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Marcello Lelis, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe, Wanderlei Barbosa.

Comissão de Minas e Energia

Reunião às terças-feiras, 16h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: Osires Damaso(**pres**), Amélio Cayres(**vice**), Marcello Lelis, Vilmar do Detran, Wanderlei Barbosa.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Eduardo do Dertins, José Augusto, Luana Ribeiro, Solange Duailibe, Toinho Andrade.

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: Diretoria de Área Legislativa

Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Taquigrafia e Documentação

Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

PROJETO DE LEI Nº 207/2011

Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Couto Magalhães.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art.1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Couto Magalhães, entidade sem fins lucrativos, com sede no Município de Couto Magalhães.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE foi fundada na cidade de Couto Magalhães, em dezembro de 2008, e sua implantação foi marcada por muitas lutas, conquistas e vitórias para o município, que tem uma população de aproximadamente 5.102 habitantes, localizado na região norte do Estado do Tocantins, a 280 quilômetros de Palmas. Cabe registrar que esta se mantém através de organizações governamentais e não governamentais e tem conseguido a efetivação de ações relevantes na vida das famílias que fazem parte do movimento apaeano, buscando sempre parcerias e benefícios para os alunos dessas famílias tão necessitadas de assistência, oriundos da zona urbana e rural.

Tendo em vista o caráter social dos serviços prestados pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, que atende pessoas com deficiência e suas famílias, aliado às necessidades com que se defrontam as instituições sem fins lucrativos, a concessão do título de utilidade pública estadual representará um importante respaldo para que possa continuar sua importantíssima missão. Assim, conclamo meus nobres Pares para que, juntos, possamos outorgar o título proposto neste projeto de lei.

Sala das Sessões, 28 de setembro de 2011.

Amália Santana
Deputada Estadual

PROJETO DE LEI N.º 208/2011

Concede Título de Cidadão Tocantinense ao engenheiro-agrônomo e diretor-superintendente do Sebrae Tocantins, Paulo Henrique Ferreira Massuia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art.1º Fica concedido o Título de Cidadão Tocantinense ao engenheiro-agrônomo e diretor-superintendente do Sebrae Tocantins, Paulo Henrique Ferreira Massuia.

Art.2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A importância deste reconhecimento dar-se-á, em virtude dos relevantes trabalhos que o Sr. Paulo Henrique Massuia desenvolve

em prol do desenvolvimento do ramo empresarial tocantinense, bem como do crescimento e desenvolvimento do Estado do Tocantins.

Paulo Henrique Massuia tem 47 anos, é casado e natural da cidade de Votuporanga - São Paulo. Formado em Engenharia Agrônoma, com pós-graduação em Administração e Estratégia Empresarial (ULBRA), especialização em Políticas Públicas para Micro e Pequenas Empresas (Unicamp), MBA em Administração de Empresa e Desenvolvimento de Executivos e MBA em Administração Pública, os dois últimos pela Universidade de São Paulo (USP).

Sua carreira profissional começou no Banco do Brasil, em 1988, atuando como assistente, assessor, analista pleno, gerente de negócios, gerente de núcleo, gerente de mercado de pessoas físicas e de agronegócios. Foram 15 anos na Superintendência Estadual do Banco do Brasil. Foi professor universitário da Faculdade Objetivo (2003/2004) e educador corporativo do Banco do Brasil (2005/2006). No Sebrae-TO começou como conselheiro, representando o Banco do Brasil (1994/2005) e foi diretor-superintendente no biênio 2007/2008, 2009/2010, sendo reconduzido ao cargo para mais quatro anos (2011/2014).

Paulo Massuia atualmente é o diretor-superintendente que ocupou este cargo por mais tempo no Sebrae-TO.

Vale lembrar que a destreza que impulsiona grandes homens a defenderem e honrarem a população de uma Cidade, Estado e País, está presente nesse ilustre cidadão, que é merecedor desta honraria.

Por sua atenção e relevada importância no cenário tocantinense, consideramos justo e oportuno concedermos o Título de Cidadão Tocantinense ao Sr. Paulo Henrique Ferreira Massuia, para cujo projeto solicitamos o apoio de nossos ilustres Pares.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 2011.

José Geraldo
Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 209/2011

Denomina Ten PM Sidney Viana da Silva ao 6º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Tocantins.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art 1º. É denominado Tenente Sidney Viana da Silva ao 6º Batalhão de Polícia Militar do estado do Tocantins.

Art 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, é denominado ao 6º BPM, sediado em Taquaralto, em homenagem ao 1º Ten QPPM/RR Sidney Viana da Silva, falecido no dia 09/04/2010, o nome de "Batalhão Tenente Sidney Viana da Silva".

A história do 6º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Taquaralto, Palmas-TO, se confunde com a do 1º Ten QPPM/RR

Sidney Viana da Silva. Vejam que, policial militar formado na coirmã de Goiás, optante e, portanto pioneiro no Tocantins, fato atestado, pela expedição de competente Diploma de Pioneiro, foi o principal autor da aquisição do terreno, para implantação da Companhia Destacada do 1º Batalhão, naquele Setor. Policial Militar Interessado, não mediu esforços junto ao então Prefeito de Palmas, que compreendendo os esforços e a necessidade daquela Companhia, cedeu o Terreno onde hoje sedia o 6º Batalhão de Polícia Militar do Tocantins.

Sendo, sempre pertencente aquela área, esteve atuante para o desenvolvimento da Companhia, que resultou na medida do crescimento da Capital, em Batalhão, que mesmo tendo ocorrido essa transformação, deteve um terreno em condições de atender essa expansão.

Policial Militar querido no seio dos seus familiares, no círculo dos seus pares e com grande reconhecimento que o tornou digno de merecimento dos seus superiores, preenche de forma impar todas as condições para que dê ao 6º Batalhão um nome de referência que jamais será esquecido.

Ressalta-se ainda o fato de que os integrantes daquele Batalhão tiveram inclusive, realizado um plebiscito, para escolha de seu nome para presente propositura, e que aguardam com veemência a sua aprovação.

Diante do exposto, proponho aos ilustres Pares deste Parlamento o acolhimento desta propositura.

Sala das Sessões, 6 de outubro de 2011

Sargento Aragão
Deputado Estadual

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 30/2011

Altera a Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997, que instituiu o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, para acrescentar a participação popular na fase anterior à deliberação da Assembleia Legislativa sobre o Plano Plurianual, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS resolve:

Art. 1º É alterado o art. 186 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 186. Recebidos o Plano Plurianual, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento anual, o Presidente determinará as suas publicações e distribuições em avulsos aos Deputados, bem como dará conhecimento às instituições e pessoas interessadas por um prazo mínimo de 30 (trinta) dias e fará a publicação das proposições em jornal de circulação em todo o Estado.

§ 1º Após a publicação das proposições em jornal de circulação em todo o Estado, será o projeto submetido a audiência pública para que os Deputados discutam com as autoridades e a população os diversos temas inerentes às leis orçamentárias, ficando a escolha dos participantes a critério do Plenário.

§ 2º Realizada a obrigatória audiência pública, será o projeto encaminhado à Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle.

§ 3º Designado relator, permanecerá o projeto na Comissão para o recebimento de emendas, durante o prazo de dez dias.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Estado necessita cada vez mais aproximar-se do povo. Não se desconhece a forma pela qual a democracia nasceu em Atenas, na Grécia Antiga, e como era exercida, mediante a deliberação direta do cidadão em praça pública que usava da palavra com o intuito de convencer seus concidadãos naquela magnífica cidade-estado.

O mundo cresceu demasiadamente desde então, passando dos cerca de 60 mil cidadãos de Atenas para, por exemplo, 190 milhões de brasileiros que, certamente, não podem pretender caber em uma praça para o fim de deliberar sobre a coisa pública. Por isso, por ter se tornado a democracia direta inviável com o passar do tempo, também porque o homem se tornara “homo economicus”, conforme os economistas, delegando a questão política para terceiros, é que nasceu a democracia indireta e os parlamentos pelo mundo afora.

Hoje, contudo, parece que estamos fazendo o caminho contrário e, quem sabe, aos poucos, voltando às luzes novamente para democracia direta, porque a tecnologia, como lembra Paulo Bonavides, se não consegue unir todos em praça pública, permite ao menos que os cidadãos voltem a deliberar sobre a coisa pública com o uso do computador, internet e outros instrumentos a serviço da universalização da informação e da própria idéia de democracia como direito da humanidade.

Ademais, se Rousseau era pessimista quanto à democracia, ao dizer que ela era possível somente em um povo de deuses, devemos dizer, em contrário a esta concepção negativa, que a democracia é uma construção que se faz no dia a dia, a partir do respeito às liberdades e aos limites destas liberdades impostos por uma lei que ignore os privilégios.

Pensando nessas idéias, democracia direta e participação popular para que com isso o trabalho do Legislativo se torne cada vez menos “indireto” e possa resolver com mais força os problemas da República, é que se propõe ao Egrégio Plenário desta Assembleia, a mudança no Regimento Interno para instituir a participação popular no trâmite das leis orçamentárias nesta Casa de Leis, constituindo, além de outras formalidades, a obrigatória audiência pública para que as autoridades e a população sejam ouvidas pelos Deputados.

Local ideal para que a sociedade civil fale diretamente com o parlamento, faça as suas reivindicações pessoalmente, publicamente, de forma transparente, solicitando compreensão para que esta Assembleia as contemple nas leis orçamentárias caso seja possível e necessário ao atendimento do interesse público.

Há, portanto, principalmente no Estado do Tocantins, a necessidade de que a população seja mais informada sobre as leis orçamentárias, muito importantes, mas bastante desconhecidas, para, a partir daí, poder fazer reivindicações,

não havendo lugar melhor para isso do que a Assembleia Legislativa.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 2011

Ricardo Ayres
Deputado Estadual

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 32/2011

Estabelece critérios para a indicação e concessão dos títulos de Cidadão Honorário e de Cidadão Benemérito do Estado do Tocantins.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS aprova:

Art. 1º A indicação e concessão de títulos de Cidadão Honorário e de Cidadão Benemérito do Tocantins obedecerão aos critérios estabelecidos pela presente Resolução.

Art. 2º O indicado ao título de Cidadão Honorário do Tocantins deverá satisfazer os seguintes requisitos:

I – não ter nascido no Tocantins;

II – residir ou ter residido no Tocantins por período a quatro anos;

III – ter praticado atos de relevantes interesse social para a população do Tocantins;

IV – ser pessoa de notório conhecimento público;

V – possuir idoneidade moral e reputação ilibada.

Art. 3º O indicado ao título de Cidadão Benemérito do Tocantins deverá satisfazer os seguintes requisitos:

I – ter nascido no Tocantins;

II – residir no Tocantins;

III – ter praticado atos de relevante interesse social para a população do Tocantins;

IV – ser pessoa de notório conhecimento público;

V – possuir idoneidade moral e reputação ilibada.

Art. 3º A indicação deverá ser assinada por, no mínimo, um oitavo dos membros da Assembleia Legislativa.

Art. 4º Cada Deputado poderá assinar, no máximo, três indicações por Sessão Legislativa.

Art. 5º A concessão dos títulos honoríficos se dará em sessão solene, após aprovação da indicação, pelo Plenário, por maioria dos membros da Assembleia Legislativa.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Resolução que agora apresento para a apreciação desta Casa, esperando que ele seja aprovado pelos meus Pares, visa apenas e tão somente qualificar a concessão dos títulos honoríficos criados para homenagear aqueles que, de alguma forma lutaram pelo engrandecimento do nosso estado.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2011.

Freire Júnior
Deputado Estadual

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 33/2011

Altera o art. 11 e acrescenta o § 5º ao mesmo artigo, da Resolução 201 de 18 de setembro de 1997 que institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

AMESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS resolve:

Art. 1º Altera o art. 11 e acrescenta o § 5º ao mesmo artigo, da Resolução nº 201 de 18 de setembro de 1997, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 11. No início da 1ª e 3ª Sessões Legislativas, em Sessão Extraordinária, realizar-se-á, em votação aberta, com a presença da maioria absoluta dos Deputados, a eleição da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, para um mandato de dois anos, "vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente".

§ 1º

§ 2º

§ 3º

§ 4º

§ 5º Não se considera recondução a eleição para o mesmo cargo em legislaturas diferentes, ainda que sucessivas.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, à luz da legislação vigente, Resolução nº 201 de 18 de setembro de 1997 (Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins), o seu art. 11, que estabelece as regras e condições de eleição da Mesa Diretora, permite a reeleição, o que, em melhor entendimento, não se admite mais, no atual estado de democracia em que vivemos.

Há simetria, nos moldes do direito e do princípio da oportunidade, uma vez que o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que vincula as Casas Legislativas dos Estados e Municípios, tem dispositivo nesse sentido.

Diante do exposto, conclamo os nobres Pares a serem favoráveis à aprovação deste Projeto.

Sala das Sessões, 4 de outubro de 2011.

Sargento Aragão
Deputado Estadual

Atas das Sessões Plenárias

7ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

em 20 de setembro de 2011

Ata da Centésima Quarta Sessão Ordinária

Às nove horas do dia vinte do mês de setembro do ano de dois mil e onze, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Eli Borges, Secretariado pelos Senhores Deputados Stalin Bucar, Primeiro-Secretário, e José Geraldo,

Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Freire Júnior, Iderval Silva, José Augusto, José Bonifácio, José Geraldo, Marcello Lelis, Osires Damaso, Raimundo Palito, Ricardo Ayres, Sandoval Cardoso, Sargento Aragão, Stalin Bucar, Toinho Andrade, Vilmar do Detran, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro e Solange Duailibe. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Manoel Queiroz. Deixou de comparecer a Senhora Deputada Josi Nunes. Após a leitura do texto bíblico, o Senhor Presidente nos termos do artigo 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Logo após, assumiu a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Iderval Silva. Em seguida, foram lidos e despachados os expedientes: Mensagem número 67/2011, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 24/2011, que “Modifica, na forma que especifica, as estruturas operacionais do Poder Executivo”; Projeto de Lei número 191/2011, de autoria do Senhor Deputado Osires Damaso, que “Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Roberto Magno Martins”; Projeto de Lei número 192/2011, de autoria do Senhor Deputado Freire Júnior, que “Cria o PROCON Eletrônico, para o registro, pela internet, das consultas, dúvidas e sugestões de consumidores quanto às relações de consumo, na forma que menciona”; Ofício número 883/2011, oriundo da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário, informando a Celebração de Convênio com o Sindicato Rural de Porto Nacional, que tem por objeto promover a IX Exposição Agropecuária de Porto Nacional, realizada nos dias 11 a 18 de setembro do corrente ano; Ofício número 1.396/2011, oriundo da Secretaria do Trabalho e da Assistência Social, informando a Prorrogação da vigência de ofício do Convênio, com o Município de Fortaleza do Taboão; Ofício número 881/2011, oriundo da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário, informando a Celebração de Convênio com a Associação Comunitária Cristo Rei de Aparecida do Rio Negro, que tem por objeto promover a 2ª Exporodeio Festhow de Aparecida do Rio Negro, realizada nos dias 20 a 28 de agosto do corrente ano; Ofício número 879/2011, oriundo da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário, informando a Celebração de Convênio com o Sindicato Rural de Colinas, que tem por objeto promover a 14ª Expocolinas, realizada nos dias 02 a 11 de setembro do corrente ano; Ofício número 1.788/2011, oriundo da Caixa Econômica Federal – CEF, informando a Liberação de Recursos Financeiros ao Programa Pró-Moradia, com o Município de Porto Nacional; Ofício número 1.384/2011, oriundo da Secretaria do Trabalho e da Assistência Social, informando a Celebração de Convênio com o Instituto Gestão Meio Ambiente e Sociedade, visando ao atendimento de projeto concernente à Política Social de Assistência Social; e Ofício Circular número 29/2011, oriundo da Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, informando que estão dando encaminhamento aos estudos voltados às áreas prioritárias para criação de Unidades de Conservação. Na Apresentação de Matéria foi apresentado o Projeto de Lei que recebeu o número 193/2011, de autoria do Senhor Deputado Osires Damaso; e os Requerimentos que receberam os números 5.512 a 5.558. Logo após, foi aprovada a urgência do Requerimento que recebeu o número 5.521, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres. Em seguida, com aquiescência do Plenário o Senhor Presidente suspendeu a Sessão pelo prazo de até dez minutos, para Reunião de Bancadas na Sala

VIP, reabrindo-a às dez horas e trinta minutos. Logo após, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Eduardo do Dertins, e a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado José Augusto. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Stalin Bucar, Sargento Aragão, Marcello Lelis, Ricardo Ayres, José Augusto, Freire Júnior e a Senhora Deputada Solange Duailibe. Em seguida, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Raimundo Moreira e a Segunda-Secretaria, o Senhor Deputado Iderval Silva. Logo após, o Senhor Presidente prorrogou, de ofício, a Sessão por até uma hora. Na deliberação da Ordem do Dia foi anunciado em primeira fase de discussão e votação a Proposta de Emenda a Constituição número 01/2011, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Acrescenta dispositivo ao artigo 137, da Constituição Estadual”, que deu origem ao Processo número 527/2011, o qual votado nominalmente, foi aprovado com vinte votos favoráveis, perfazendo um total de vinte votantes e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 42/2011, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Dispõe sobre a reposição remuneratória dos empregados públicos da Fundação Universidade do Tocantins – Unitins, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 593/2011; 43/2011, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Altera o Anexo I à Lei 1.588, de 30 de junho de 2005, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios dos Profissionais da Saúde do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 594/2011; 128/2011, de autoria do Senhor Deputado Eli Borges, que “Declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Gunnar Vingren, localizada em Ananás”, que deu origem ao Processo número 407/2011; 159/2011 – Substitutivo, de autoria do Senhor Deputado Stalin Bucar, que “Atribui o nome à ponte sobre o Rio Tocantins, na TO-010, que liga os municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 510/2011; 168/2011, de autoria do Senhor Deputado Osires Damaso, que “Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Promotor de Justiça Glaydon José de Freitas”, que deu origem ao Processo número 535/2011; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados em fase única de discussão e votação os Requerimentos números: 5.200, 5.201, 5.363, 5.511, 5.192, 5.364, 5.202 a 5.340, 5.182, 5.183, 5.185, 5.186 e 5.199; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Em seguida, o Senhor Presidente com aquiescência do Plenário, suspendeu a Sessão, pelo prazo de até uma hora, para Reunião Conjunta das Comissões, reabrindo-a às catorze horas e trinta e cinco minutos. Logo após, assumiram a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Zé Roberto, e a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Ricardo Ayres. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Requerimento que recebeu o número 5.559, de autoria do Senhor Deputado José Bonifácio, Líder do Governo, que requer a convocação de Sessão Extraordinária, dispensando-se todos os interstícios regimentais para apreciação dos Processos números 407/2011, 510/2011, 527/2011, 535/2011, 593/2011 e 578/2011, o qual foi aprovado. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às catorze horas e cinquenta e um minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

7ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

em 21 de setembro de 2011

Ata da Centésima Quinta Sessão Ordinária

Às nove horas do dia vinte e um do mês de setembro do ano de dois mil e onze, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Eli Borges, Secretariado pelos Senhores Deputados Stalin Bucar, Primeiro-Secretário, e Marcello Lelis, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Eli Borges, Freire Júnior, Iderval Silva, José Augusto, José Bonifácio, José Geraldo, Marcello Lelis, Raimundo Palito, Ricardo Ayres, Sargento Aragão, Stalin Bucar, Toinho Andrade, Vilmar do Detran, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro, Josi Nunes e Solange Duailibe. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Manoel Queiroz. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados Eduardo do Dertins, Osires Damaso, Sandoval Cardoso e a Senhora Deputada Amália Santana. Após a leitura do texto bíblico, o Senhor Presidente nos termos do artigo 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram lidos e despachados os expedientes: Projeto de Resolução número 29/2011, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “Altera a Resolução número 201, de 18 de setembro de 1997, que institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, para dispor sobre a Tribuna Popular, Sessão Ordinária destinada diretamente a discussão de temas de interesse da comunidade com entidades da sociedade civil e pessoa comum do povo, os quais poderão fazer uso da palavra na tribuna do parlamento”; e Ofício de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres, informando que a Bancada do PR indicou o seu nome para ocupar a Liderança da referida Bancada. Na Apresentação de Matéria foram apresentados os Projetos de Lei que receberam os números 194/2011, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres; 195, 196 e 197/2011, de autoria do Senhor Deputado Raimundo Palito; e os Requerimentos que receberam os números 5.562 a 5.560. Logo após, assumiu a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Iderval Silva. No horário destinado às Comunicações, usou a tribuna a Senhora Deputada Josi Nunes. Na deliberação da Ordem do Dia, foram anunciados em fase única de discussão e votação os Requerimentos números: 5.521, 5.349 a 5.355, 5.345, 5.503, 5.507, 5.341, 5.342, 5.357, 5.358, 5.359, 5.365, 5.366, 5.367 a 5.398, 5.400, 5.402 a 5.418, 5.420 a 5.439, 5.441 a 5.446, 5.448 a 5.499, 5.501, 5.502, 5.523, 5.343, 5.344, 5.347, 5.348, 5.360 e 5.506; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Logo após, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Eli Borges. No horário destinado às Discussões Parlamentares usaram a tribuna os Senhores Deputados Ricardo Ayres, Stalin Bucar e Sargento Aragão. O Senhor Deputado Freire Júnior solicitou ao Senhor Presidente que constasse em Ata que na deliberação da Ordem do Dia, no momento da votação do Requerimento número 5.360, por distração, não manifestou seu voto contrário, o fazendo, nas Discussões Parlamentares, o qual foi deferido. Em seguida, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Raimundo Moreira. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e trinta e cinco minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário**Presidente****2º Secretário****7ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa**

em 21 de setembro de 2011

Ata da Centésima Sexta Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia vinte e um do mês de setembro do ano de dois mil e onze, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Eli Borges, Secretariado pelos Senhores Deputados Ricardo Ayres, Primeiro-Secretário, e Toinho Andrade, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Freire Júnior, Iderval Silva, José Augusto, José Bonifácio, José Geraldo, Marcello Lelis, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Ricardo Ayres, Stalin Bucar, Toinho Andrade, Vilmar do Detran, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Josi Nunes e Solange Duailibe. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Manoel Queiroz. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Osires Damaso, Sandoval Cardoso, Sargento Aragão e as Senhoras Deputadas Amália Santana e Luana Ribeiro. Após a leitura do texto bíblico, o Senhor Presidente nos termos do artigo 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Não havendo Expediente a ser lido, passou-se à Apresentação de Matéria. Foram apresentados os Requerimentos que receberam os números 5.601 a 5.604. Logo após, assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Stalin Bucar e a Presidência, o Senhor Deputado Eduardo do Dertins. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Ricardo Ayres, Freire Júnior, Stalin Bucar, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e José Bonifácio. Em seguida, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Raimundo Moreira. Na deliberação da Ordem do Dia, o Senhor Presidente solicitou que se fizesse a verificação de quórum. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Eduardo do Dertins, Eli Borges, Freire Júnior, Iderval Silva, Marcello Lelis, Osires Damaso, Sandoval Cardoso, Sargento Aragão, Toinho Andrade, Vilmar do Detran, Zé Roberto e as Senhoras Deputadas Amália Santana e Luana Ribeiro. Logo após, o Senhor Presidente, por falta de quórum, transferiu a deliberação da Ordem do Dia para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezesseis horas e quarenta e três minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário**Presidente****2º Secretário****7ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa**

em 22 de setembro de 2011

Ata da Centésima Sétima Sessão Ordinária

Às nove horas do dia vinte e um do mês de setembro do ano de dois mil e onze, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Raimundo Moreira, Secretariado pelos Senhores Deputados Stalin Bucar, Primeiro-Secretário, e Marcello Lelis, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres,

os Projetos de Lei que receberam os números 203/2011, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres; 204/2011, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres; e os Requerimentos que receberam os números 5.613 a 5.641. Em seguida, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Eli Borges e a Primeira-Secretaria, a Senhora Deputada Solange Duailibe. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Stalin Bucar, Ricardo Ayres, Zé Roberto e a Senhora Deputada Josi Nunes. Logo após, de ofício, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão pelo prazo de até dez minutos, para Reunião de Bancada, reabrindo-a às dez horas e quarenta e dois minutos. Na deliberação da Ordem do Dia, foram anunciados em fase única de discussão e votação os Requerimentos números: 5.605, 5.606, 5.607, 5.608, 5.609, 5.610, 5.611, 5.612 e 5.533; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. No horário destinado às Discussões Parlamentares, usaram a tribuna os Senhores Deputados Ricardo Ayres e José Bonifácio. Em seguida, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Eli Borges. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e cinquenta e três minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

7ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

em 28 de setembro de 2011

Ata da Centésima Nona Sessão Ordinária

Às nove horas do dia vinte e oito do mês de setembro do ano de dois mil e onze, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Eli Borges, Secretariado pelos Senhores Deputados Iderval Silva, Primeiro-Secretário, e José Geraldo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Freire Júnior, Iderval Silva, José Bonifácio, José Geraldo, Marcello Lelis, Osires Damaso, Raimundo Palito, Ricardo Ayres, Sandoval Cardoso, Sargento Aragão, Toinho Andrade, Vilmar do Detran, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Santana e Solange Duailibe. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Manoel Queiroz. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Eduardo do Dertins, José Augusto, Raimundo Moreira, Stalin Bucar e a Senhora Deputada Josi Nunes. Após a leitura do texto bíblico, o Senhor Presidente nos termos do artigo 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 203/2011, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “Institui a semana de combate aos crimes de natureza homofóbica no Estado do Tocantins e autoriza o Poder Executivo Estadual a abrir crédito suplementar para criar a Delegacia Especializada na Prevenção e no Combate dos Crimes Homofóbicos”; Projeto de Resolução número 30/2011, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “Altera a Resolução número 201, de 18 de setembro de 1997, que institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, para acrescentar a participação popular na fase anterior à deliberação da Assembleia Legislativa sobre o Plano Plurianual, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual”; Ofício

número 1.846/2011, oriundo da Caixa Econômica Federal – CEF, informando a Rescisão de Contrato de Repasse com a Secretaria da Juventude e dos Esportes do Estado do Tocantins; e Ofício oriundo da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, informando a indicação do Senhor Deputado Ricardo Ayres para exercer a função de Liderança do Partido. Na Apresentação de Matéria, foram apresentados os Projetos de Lei que receberam os números 205/2011, de autoria do Senhor Deputado Osires Damaso; 206/2011, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; Projeto de Resolução número 31/2011, de autoria da Mesa Diretora; Projeto de Resolução número 32/2011, de autoria do Senhor Deputado Freire Júnior; e os Requerimentos que receberam os números 5.642 a 5.667. Em seguida, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Iderval Silva, a Primeira-Secretaria a Senhora Deputada Solange Duailibe, e a Segunda-Secretaria a Senhora Deputada Amália Santana. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Sargento Aragão, Toinho Andrade, Marcello Lelis, Ricardo Ayres, José Bonifácio e Zé Roberto. Na deliberação da Ordem do Dia, por falta de quórum, o Senhor Presidente transferiu a sua deliberação para a Sessão subsequente. No horário destinado às Discussões Parlamentares, os Senhores Deputados inscritos declinaram do uso da palavra. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e dois minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

7ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

em 28 de setembro de 2011

Ata da Centésima Décima Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia vinte e oito do mês de setembro do ano de dois mil e onze, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Eli Borges, Secretariado pela Senhora Deputada Solange Duailibe, Primeira-Secretária, e o Senhor Deputado Osires Damaso, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados: José Bonifácio, José Geraldo, Marcello Lelis, Osires Damaso, Raimundo Palito, Ricardo Ayres, Sandoval Cardoso, Sargento Aragão e das Senhoras Deputadas Luana Santana e Solange Duailibe. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Manoel Queiroz. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Freire Júnior, Iderval Silva, José Augusto, Raimundo Moreira, Stalin Bucar, Toinho Andrade, Vilmar do Detran, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e as Senhoras Deputadas Amália Santana e Josi Nunes. Após a leitura do texto bíblico, o Senhor Presidente, por falta de quórum transferiu a deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 205/2011, de autoria do Senhor Deputado Osires Damaso, que “Torna obrigatória a realização do exame de Oximetria de Pulso em recém-nascido nas maternidades públicas e particulares no âmbito do Estado do Tocantins”; Projeto de Resolução número 31/2011, de autoria da Mesa Diretora, que “Altera dispositivo da Resolução 244, de 21 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreira dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins”; e Projeto de Resolução número 32/2011,

de autoria do Senhor Deputado Freire Júnior, que “Estabelece critérios para a indicação e concessão dos Títulos de Cidadão Honorários e de Cidadão Benemérito do Estado do Tocantins”. Na Apresentação de Matéria foram apresentados os Requerimentos que receberam os números 5.668 a 5.676. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações e, por falta de quórum, o Senhor Presidente transferiu a deliberação da Ordem do Dia para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às quinze horas e vinte e cinco minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário Presidente 2º Secretário

7ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

em 29 de setembro de 2011

Ata da Centésima Décima Primeira Sessão Ordinária

Às nove horas do dia vinte e nove do mês de setembro do ano de dois mil e onze, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Eli Borges, Secretariado pela Senhora Deputada Amália Santana, Primeira-Secretária, e o Senhor Deputado Zé Roberto, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, José Bonifácio, José Geraldo, Osires Damaso, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Sargento Aragão, Toinho Andrade, Vilmar do Detran, Zé Roberto e Da Senhora Deputada Amália Santana. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Manoel Queiroz. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Iderval Silva, Freire Júnior, José Augusto, Marcello Lelis, Raimundo Moreira, Ricardo Ayres, Stalin Bucar, Wanderlei Barbosa e as Senhoras Deputadas Josi Nunes, Luana Ribeiro e Solange Duailibe. Após a leitura do texto bíblico, o Senhor Presidente por falta de quórum, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Ofícios oriundos da Secretaria da Juventude e dos Esportes, informando Celebração de Convênios firmados com o Municípios de Tocantinópolis e diversas Instituições do Estado; Ofícios oriundos da Indústria e do Comércio, informando Celebração de Convênios firmados com diversas Instituições do Estado; Ofício número 1.198/2011, oriundo do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins – TCE, em resposta a Requerimento número 4.502/2011, de autoria do Senhor Deputado Stalin Bucar; e Ofício número 1.199/2011, oriundo do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins – TCE, em resposta a Requerimento número 4.985/2011, de autoria da Senhora Deputada Solange Duailibe. Na Apresentação de Matéria, foram apresentados os Projetos de Lei que receberam os números 207/2011, de autoria da Senhora Deputada Amália Santana; 208/2011, de autoria do Senhor Deputado José Geraldo; e os Requerimentos que receberam os números 5.677 a 5.682. No horário destinado às Comunicações, o Senhor Deputado inscrito declinou do uso da palavra. Logo após, o Senhor Presidente, de ofício suspendeu a Sessão pelo prazo de até trinta minutos, para Reunião da Comissão de Constituição Justiça e Redação, reabrindo-a às nove horas e quarenta minutos. Em seguida, com aquiescência do Plenário o Senhor Presidente suspendeu a Sessão pelo prazo de até trinta minutos, para

Reunião Conjunta das Comissões, reabrindo-a às onze horas e quarenta e oito minutos. Na deliberação da Ordem do Dia, por falta de quórum, o Senhor Presidente transferiu a sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e cinquenta e cinco minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário Presidente 2º Secretário

Atos Administrativos

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 900/2011

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 289, de 12 de maio de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Duartina Germano dos Santos**, para exercer o cargo em comissão de Auxiliar de Gabinete de Liderança de Bloco e/ou Partido Político, no Gabinete do Deputado **Sargento Aragão**, a partir de 1º de outubro de 2011.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 10 dias do mês de setembro de 2011.

Deputado **RAIMUNDO MOREIRA**

Presidente

PORTARIA N.º 270/2011 – P

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), em consonância com a Resolução nº 289, de 12 de maio de 2011, e com o disposto no art. 88, da Lei n.º 1.818 de 23 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença por motivo de doença em pessoa da família ao servidor **Elpídio Ferreira Lopes**, matrícula n.º 786, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no período de 10/08/2011 a 24/08/2011, de conformidade com o Processo Administrativo n.º 00523/2011.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de setembro de 2011.

Deputado **RAIMUNDO MOREIRA**

Presidente

PORTARIA N.º 281/2011 – P

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de

conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997) e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 289, de 12 de maio de 2011, arts. 143 a 146 da Lei 255, de 20 de fevereiro de 1991, e tendo em vista o contido no processo n.º 00538/2004,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar ao servidor **Alex Santos Neres**, matrícula n.º 346, o gozo da Licença-Prêmio por Assiduidade concedida através da Portaria n.º 161/04-P, de 13 de dezembro de 2004, no período de 01/10/2011 a 29/12/2011.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 27 dias do mês de setembro de 2011.

Deputado **RAIMUNDO MOREIRA**
Presidente

PORTARIA N.º 282/2011 – P

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), em consonância com a Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001, e ainda com fulcro na Lei Federal n.º 8.666/1993,

Considerando o disposto na SMS, de fls. 02, dos autos, pela qual o diretor da Diretoria de Área de Informática solicita participação em treinamento de ITIL – CONCEITOS E PREPARATÓRIO FOUNDATION, para servidores daquela Diretoria, devidamente autorizado pelo Ordenador de Despesa, desta Casa de Leis,

Considerando o disposto no Termo de Referência, fls. 16/22, da Diretoria de Recursos Humanos, que motiva a necessidade da contratação direta da empresa “UNIÃO EDUCACIONAL E TECNOLÓGICA IMPACTA – UNI IMPACTA”, pelas razões elencadas no mesmo, inclusive quanto ao preço;

Considerando o disposto no DESPACHO N.º 0109/2011, fls. 25/26, dos autos, emitido pela Diretoria de Área Administrativa, que justifica a necessidade de capacitação solicitada via Diretoria de Área de Informática, sugerindo os procedimentos ali elencados para conclusão da despesa,

Considerando ainda, o Parecer Jurídico n.º 0188/2011 – PGA/AL, da Procuradoria Jurídica desta Casa de Leis, folhas 27/28, ratificado às fls. 29, via DESPACHO/PGA/AL, do Procurador – Geral da Assembleia, externando a possibilidade da contratação da empresa citada acima, para capacitação de servidores desta Casa de Leis, com fundamento no artigo 25, Inciso II, C/C 13, da Lei Federal n.º 8.666/1993,

RESOLVE:

Art. 1º INEXIGIR a licitação com fundamento no artigo 25, II, c/c artigo 13, VI da Lei Federal n.º 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, em favor da empresa UNIÃO EDUCACIONAL E TECNOLÓGICA IMPACTA – UNI IMPACTA, CNPJ n.º 03.734.487/0001-24, processo n.º 00632/2011, no valor de R\$ 1.995,00 (um mil, novecentos e noventa e cinco reais), visando à inscrição de 02 (dois) servidores desta Casa de Leis, em treinamento de ITIL – Conceitos e Preparatório Foundation.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 30 dias do mês de setembro de 2011.

Deputado **RAIMUNDO MOREIRA**
Presidente

PORTARIA N.º 283/2011 – P

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), em consonância com a Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001, e ainda com fulcro na Lei Federal n.º 8.666/1993,

Considerando o disposto na SMS, de fls. 02, dos autos, pela qual a diretora da Diretoria de Área Administrativa solicita participação de servidores desta Casa, no curso de capacitação sobre “O ORDENADOR DE DESPESAS E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL”, devidamente autorizado pelo Ordenador de Despesa, desta Casa de Leis,

Considerando o disposto no Termo de Referência, fls. 07/13, da Diretoria de Recursos Humanos, que motiva a necessidade da contratação direta da empresa “ELO CONSULTORIA EMPRESARIAL E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA”, pelas razões elencadas no mesmo, inclusive quanto ao preço;

Considerando o disposto no DESPACHO N.º 0105/2011, fls. 25/26, dos autos, emitido pela Diretoria de Área Administrativa, que justifica a necessidade de capacitação solicitada, sugerindo os procedimentos ali elencados para conclusão da despesa,

Considerando ainda, o Parecer Jurídico n.º 0190/2011 – PGA/AL, da Procuradoria Jurídica desta Casa de Leis, folhas 30/31, ratificado às fls. 32, via DESPACHO/PGA/AL, do Procurador – Geral da Assembleia, externando a possibilidade da contratação da empresa citada acima, para capacitação de servidores desta Casa de Leis, com fundamento no artigo 25, Inciso II, C/C 13, da Lei Federal n.º 8.666/1993,

RESOLVE:

Art. 1º INEXIGIR a licitação com fundamento no artigo 25, II, C/C artigo 13, VI da Lei Federal n.º 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, em favor da empresa ELO CONSULTORIA EMPRESARIAL E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA, CNPJ n.º 00.714.403/0001-00, processo n.º 00624/2011, no valor de R\$ 13.140,00 (treze mil, cento e quarenta reais), visando à inscrição de 06 (seis) servidores desta Casa, no curso de capacitação sobre “O Ordenador de Despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal”.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 27 dias do mês de setembro de 2011.

Deputado **RAIMUNDO MOREIRA**
Presidente

PORTARIA N.º 286/2011 – P

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de

conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), em consonância com a Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001, e ainda com fulcro na Lei Federal n.º 8.666/1993,

Considerando o disposto na SMS, de fls. 02, dos autos, pela qual a diretora da Diretoria de Área Administrativa solicita participação de 80 (oitenta) servidores desta Casa, no 11º JORNATO – Jornada de Administração do Tocantins, com o tema: “DIMENSÃO JURÍDICA NAS PROFISSÕES”, devidamente autorizado pelo Ordenador de Despesa, desta Casa de Leis,

Considerando o disposto no Termo de Referência, fls. 07/12, da Diretoria de Recursos Humanos, que motiva a necessidade da contratação direta da “ASSOCIAÇÃO TOCANTINENSE DE ADMINISTRAÇÃO - ATAD”, pelas razões elencadas no mesmo, inclusive quanto ao preço;

Considerando o disposto no DESPACHO N.º 0108/2011, fls. 47/48, dos autos, emitido pela Diretoria de Área Administrativa, que justifica a necessidade de capacitação solicitada, sugerindo os procedimentos ali elencados para conclusão da despesa,

Considerando ainda, o Parecer Jurídico n.º 0189/2011–PGA/AL, da Procuradoria Jurídica desta Casa de Leis, folhas 49/50, ratificado às fls. 51, via DESPACHO/PGA/AL, do Procurador – Geral da Assembleia, externando a possibilidade da contratação da associação citada acima, para capacitação de servidores desta Casa de Leis, com fundamento no artigo 25, Inciso II, C/C 13, Lei Federal n.º 8.666/1993,

RESOLVE:

Art. 1º INEXIGIR a licitação com fundamento no artigo 25, II, C/C artigo 13, VI da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, em favor da ASSOCIAÇÃO TOCANTINENSE DE ADMINISTRAÇÃO - ATAD, CNPJ n.º 11.622.408/0001-11, processo n.º 00628/2011, no valor de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), visando à inscrição de 80 (oitenta) servidores desta Casa, no 11º JORNATO–Jornada de Administração do Tocantins, com o tema: “Dimensão Jurídica nas Profissões”.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 30 dias do mês de setembro de 2011.

Deputado **RAIMUNDO MOREIRA**
Presidente

PORTARIA N.º 287/2011 – P

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 289, de 12 de maio de 2001 e Art. 37, da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007,

Considerando que o servidor **Nelson Gomes Noieto**, matrícula n.º 153, Coordenador de Contabilidade, encontra-se afastado por motivo de férias,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR para responder pela referida função o servidor **Waldir Demétrios da Costa Júnior**, matrícula n.º 735, no período de 03/10/2011 a 01/11/2011.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 3 dias do mês de outubro de 2011.

Deputado **RAIMUNDO MOREIRA**
Presidente

PORTARIA N.º 351/2011 – SG

O **Secretário-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 14, da Resolução n.º 289, de 12 de maio de 2011 e com fundamento no disposto no art. 86, da Lei n.º 1818, de 23 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a fruição das férias legais da servidora **Luciene Dias Pereira da Costa**, matrícula n.º 39, referente ao período aquisitivo 01/02/2008 – 31/01/2009, suspensas através da Portaria GABGOV n.º 020, de 01/07/2009, para gozá-la no período de 10/10/2011 a 08/11/2011.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Secretário-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 7 dias do mês de outubro de 2011.

Roger Luis Monteiro Tolentino
Secretário-Geral

PORTARIA N.º 352/2011 – SG

O **Secretário-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 14, da Resolução n.º 289, de 12 de maio de 2011 e com fundamento no disposto no art. 86, da Lei n.º 1818, de 23 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR as férias legais da servidora **Greyce Ferreira Andrade**, matrícula n.º 808, referente ao período aquisitivo 03/09/2010 – 02/09/2011, de 26/12/2011 a 24/01/2012 para gozá-la em dois períodos: o primeiro em 02/01/2012 a 16/01/2012 e o segundo, em 02/07/2012 a 16/07/2012.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Secretário-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 7 dias do mês de outubro de 2011.

Roger Luis Monteiro Tolentino
Secretário-Geral

PORTARIA N.º 353/2011 – SG

O **Secretário-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 14, da Resolução n.º 289, de 12 de maio de 2011 e com fundamento no disposto no art. 86, da Lei n.º 1818, de 23 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER as férias legais do servidor **Bento Alves dos Santos**, matrícula n.º 083, referente ao período aquisitivo

01/06/2010 – 31/05//2011, para 19/12/2011 a 17/01/2012.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Secretário-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 7 dias do mês de outubro de 2011.

Roger Luis Monteiro Tolentino
Secretário-Geral

PORTARIA N.º 354/2011 – SG

O Secretário-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 14, da Resolução n.º 289, de 12 de maio de 2011 e com fundamento no disposto no art. 86, da Lei n.º 1818, de 23 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER as férias legais da servidora **Soraya de Fátima Sales dos Reis**, matrícula n.º 268, referente ao período aquisitivo 16/07/2009 – 15/07//2010, para gozá-la em dois períodos: o primeiro em 16/11/2011 a 30/11/2011 e o segundo, em 02/01/2012 a 16/01/2012.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Secretário-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 7 dias do mês de outubro de 2011.

Roger Luis Monteiro Tolentino
Secretário-Geral

PORTARIA N.º 355/2011 – SG

O Secretário-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 14, da Resolução n.º 289, de 12 de maio de 2011 e com fundamento no disposto no art. 86, da Lei n.º 1818, de 23 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER as férias legais do servidor **Elmer Eugenio Graff**, matrícula n.º 806, referente ao período aquisitivo 25/08/2010 – 24/08//2011, para 21/11/2011 a 20/12/2011.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Secretário-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 7 dias do mês de outubro de 2011.

Roger Luis Monteiro Tolentino
Secretário-Geral

PORTARIA N.º 356/2011 – SG

O Secretário-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto no art. 62, IX, da Resolução n.º 289, de 12 de maio de 2011, com base no Art. 2º, do Decreto Administrativo n.º 087, de 20 de março de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o pagamento de 50% do décimo terceiro salário a título de adiantamento à servidora **Naendra Velozo**

Leal, matrícula n.º 8027, por ocasião do aniversário no mês de novembro de 2011.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Secretário-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 7 dias do mês de outubro de 2011.

Roger Luis Monteiro Tolentino
Secretário-Geral

PORTARIA N.º 357/2011 – SG

O Secretário-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto no art. 62, IX, da Resolução n.º 289, de 12 de maio de 2011, com base no Art. 2º, do Decreto Administrativo n.º 087, de 20 de março de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o pagamento de 50% do décimo terceiro salário a título de adiantamento à servidora **Sulene Maciel da Silva**, matrícula n.º 118, por ocasião do aniversário no mês de novembro de 2011.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Secretário-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 7 dias do mês de outubro de 2011.

Roger Luis Monteiro Tolentino
Secretário-Geral

PORTARIA N.º 358/2011 – SG

O Secretário-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto no art. 62, IX, da Resolução n.º 289, de 12 de maio de 2011, com base no Art. 2º, do Decreto Administrativo n.º 087, de 20 de março de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o pagamento de 50% do décimo terceiro salário a título de adiantamento à servidora **Luma Belizia Pereira de Aguiar**, matrícula n.º 8535, por ocasião do aniversário no mês de outubro de 2011.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Secretário-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 7 dias do mês de outubro de 2011.

Roger Luis Monteiro Tolentino
Secretário-Geral

PORTARIA N.º 359/2011 – SG

O Secretário-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 14, da Resolução n.º 289, de 12 de maio de 2011 e com fundamento no disposto no art. 86, da Lei n.º 1818, de 23 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a fruição do 2º período das férias legais da servidora **Magna Ferreira Xavier**, matrícula n.º 172, referente

ao período aquisitivo 01/12/2009 – 30/11/2010, para 19/12/2011 a 02/01/2012.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Secretário-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 11 dias do mês de outubro de 2011.

Roger Luis Monteiro Tolentino
Secretário-Geral

PORTARIA N.º 360/2011 – SG

O **Secretário-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 14, da Resolução n.º 289, de 12 de maio de 2011 e com fundamento no disposto no art. 86, da Lei n.º 1818, de 23 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR as férias legais da servidora **Magna Ferreira Xavier**, matrícula n.º 172, referente ao período aquisitivo 01/12/2010 – 30/11/2011, de 01/12/2011 a 30/12/2011 para gozá-la em dois períodos: o primeiro em 09/01/2012 a 23/01/2012, deixando o segundo período em aberto.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Secretário-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 11 dias do mês de outubro de 2011.

Roger Luis Monteiro Tolentino
Secretário-Geral

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 016/2009

**Republicado por incorreção*

Em cumprimento ao que preceitua o art. 61, Parágrafo Único da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins torna pública a celebração do seguinte Instrumento de **2º Termo Aditivo ao Contrato n.º 016/2009**.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N.º 0016/2009

PROCESSO n.º: 00617/2011

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins

CONTRATADA: BRASIL TELECOMS/A.

OBJETO: Aquisição de serviços de telefonia fixa comutada – STFC.

VIGÊNCIA: Fica prorrogada por mais 12 (doze) meses, contar da data da assinatura.

VALOR ANUAL: O valor total anual estimado do contrato é de R\$ 489.295,33 (quatrocentos e oitenta e nove mil, duzentos e noventa e cinco reais e trinta e três centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 01.122.0195.2001 Coordenação e Manutenção dos Serviços administrativos Gerais – Natureza da Despesa : 3390.39- pessoa Jurídica.

DATA DA ASSINATURA: 6 de setembro de 2011

SIGNATÁRIOS: Raimundo Moreira de Araújo – Presidente

Wagner Oliveira Gomes – Representante

Paulo César de Castro Filho – Representante

DEPUTADOS DA 7ª LEGISLATURA

Amália Santana - PT
Amélio Cayres – PR
Carlão da Saneatins – PSDB (Suplente)
Eduardo do Dertins - PPS
Eli Borges - PMDB
Freire Júnior – PSDB (Licenciado)
Iderval Silva - PMDB
José Augusto - PMDB
José Bonifácio - PR
José Geraldo - PTB
Josi Nunes - PMDB
Luana Ribeiro - PR
Manoel Queiroz – PPS (Licenciado)
Marcello Lelis - PV

Osires Damaso - DEM
Raimundo Moreira - PSDB
Raimundo Palito - PP
Ricardo Ayres – PMDB (Suplente)
Sandoval Cardoso - PMDB
Sargento Aragão - PPS
Solange Duailibe - PT
Stalin Bucar - PR
Toinho Andrade - DEM
Vilmar do DETRAN - PMDB
Wanderlei Barbosa - PSB
Zé Roberto - PT